



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

PROJETO DE LEI N. DE 2019

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1.607 do Código Civil, para permitir que a pessoa maior de 16 (dezesseis) anos possa reconhecer a filiação independentemente de assistência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem a finalidade de avançar na erradicação do subregistro infantil, facilitando o registro de nascimento de recém-nascidos por maiores de 16 anos.

Art. 2º Acrescente-se o parágrafo único ao art. 1.607 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com a seguinte redação:

“Art. 1.607.

Parágrafo único. A pessoa maior de 16 (dezesseis) anos pode reconhecer a filiação independentemente de assistência.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposição consiste na reapresentação do Projeto de Lei nº 2.882/2015, de autoria do ex-deputado federal Laudívio Carvalho. Arquivou-se a citada proposição ao final da 55ª Legislatura, conforme o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Todavia, esse projeto mantém-se politicamente conveniente e oportuno, como se pode concluir de sua justificativa:

“O presente projeto de alteração do Código Civil tem a finalidade de avançar na erradicação do subregistro infantil, facilitando o registro de nascimento de recém nascidos por maiores de 16 anos, independentemente da assistência de seus representantes legais.

Verifica-se que o Código Civil contempla discrepância ao permitir expressamente que o maior de 16 (dezesseis) anos elabore o seu próprio testamento, que consiste em disposição essencialmente patrimonial, mas não possui norma semelhante sobre o reconhecimento de filiação.

Cuida-se, provavelmente, de resíduo da inspiração do Código francês e do Código Civil de 1916, que centralizava as normas cíveis em uma tutela patrimonial. Contudo, prevendo a Constituição da República a dignidade da pessoa humana como vetor a que república brasileira deve almejar, há que se ampliar a atuação independente e autônoma do maior de 16 (dezesseis) anos também em campos extrapatrimoniais.

Segundo os dados divulgados pelo IBGE em dezembro de 2014, o subregistro decresceu de 18,8% em 2003 para 5,1% em 2013. Apesar da queda, ainda persiste índice a ser objeto de cuidado pelo Poder Público¹.

A mesma publicação do IBGE informa que o percentual de mulheres que tiveram filhos pode alcançar até 25% dependendo da região do país, de modo que a facilitação do registro civil pode servir de incentivo a redução do índice de subregistro.

Por fim, a inclusão da previsão expressa no Código Civil cumpre com o direito à dignidade do recém nascido, e atende aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.078/1990) e da Convenção de Direitos da Criança, essa última incorporada no ordenamento através do Decreto n. 99.710/1990.”

Concordando com os argumentos apresentados nessa justificativa, submetemos novamente a matéria ao Congresso Nacional, com esperança de sua aprovação nesta legislatura.

¹ Pesquisa disponível no site: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2013_v40.pdf, acesso em 25.08.2015.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2019.

Dep. José Medeiros
Podemos/MT